



Dilson Brito da Rocha*

João Paulo Martins**

Maria Luísa Ramalho Ferreira da Silva***

RESUMO

Nosso objetivo neste estudo é discorrer, a partir de um corte fenomenológico, acerca do *modus operandi* com o qual os pensadores medievais, responsáveis por uma espécie de síntese entre filosofia e teologia, elaboraram o lógos metafísico. Não deixaremos de discutir o legado filosófico que eles receberam dos gregos, principalmente as teses platônicas e aristotélicas. É evidente que a filosofia “profana” foi requintada a fim de que se convertesse em uma “filosofia eterna”, como é habitualmente alcunhada a filosofia cristã. Os Padres da Igreja, localizados na era patrística, tem um papel legitimado e atual nesta empreitada, uma vez que são os encarregados pelo núcleo da teologia cristã, não sendo à toa o fato de serem incluídos na Tradição eclesiástica, constituindo, dessarte, uma das fontes mais abundantes nesta seara. De todo modo, o labor medieval é inesgotável, o que reclama um aprofundamento inadiável, a fim de melhor compreender a fenomenologia, aquela que inaugura a filosofia contemporânea, em suas várias faces.

Palavras-chave: Pensadores medievais. Lógos metafísico. Gregos. Filosofia cristã. Fenomenologia.

The relationship between phenomenology and medieval philosophy

ABSTRACT

Our objective in this study is to discuss, from a phenomenological point of view, about the *modus operandi* with which medieval thinkers, responsible for a kind of synthesis between philosophy and theology, elaborated the metaphysical logos. We will not fail to discuss the philosophical legacy they received from the Greeks, especially the Platonic and Aristotelian theses. It is evident that the “profane” philosophy was refined in order to convert it into an “eternal philosophy”, as Christian philosophy is usually called. The Fathers of the Church, located in the patristic era, have a legitimate and current role in this endeavor, since they are in charge of the hard core of Christian theology, not being by chance the fact that they are included in the ecclesiastical Tradition, thus constituting a of the most abundant sources in this area. In any case, the medieval work is inexhaustible, which calls for an urgent deepening, in order to better understand phenomenology, the one that inaugurates contemporary philosophy, in its various faces.

Keywords: Medieval thinkers. Metaphysical logos. Greeks. Christian philosophy. Phenomenology.

* Doutorando em Psicologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: dilsondarocha@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0985180624055814>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9736-9039>.

** Doutorando em Psicologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: johnny.jp1233@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8245185482478992>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3808-0662>.

*** Bacharela em Psicologia pela Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2206505446349288>.

Entre a filosofia platônica-aristotélica e a ascensão da filosofia cristã: o período helenístico

Conforme Chauí (2010), o período helenístico é geralmente apresentado na história da filosofia dividido em dois períodos, a saber, o primeiro chamado antigo, que se refere à elaboração propriamente grega de escolas e sistemas filosóficos¹; e o segundo, denominado de romano ou imperial, que corresponde ao momento em que a dominação romana proporcionou transformações e reformulações a partir da cultura de Roma e da língua latina. Este período é designado, tradicionalmente, como o período da história grega que se estende do império helenístico de Alexandre até a Roma republicana e imperial.

Sobre o desenvolvimento filosófico deste período, é comum historiadores e intelectuais proferirem que a época helenística se caracteriza, principalmente, pelo desenvolvimento de uma moral do indivíduo voltado para a interioridade, dado as transformações políticas e governamentais que, supostamente, haviam privado os gregos de uma espécie de liberdade política. No entanto, Hadot (2014) alerta que há um complexo conjunto de circunstâncias históricas e que as escolas do período helenístico nunca deixaram de se interessar por política, bem como de desempenhar um papel na mesma, sendo assim, o que o autor evidencia é que, mesmo que a ética tenha sido a forma de pensar mais difundida nesse período, as outras esferas não podem ser desconsideradas.

Para Hadot (2014), a filosofia helenística² se desenvolveu de forma profundamente marcada pelo espírito socrático, o que significa dizer que mais uma vez as noções são marcadas estruturalmente pela decisão ontológica dos gregos de estabelecer o ser como presença constante. Isso se mostra na seguinte explanação:

¹ O helenista Pierre Hadot (2014) nos diz que o primeiro período foi marcado pela descoberta dos gregos da imensidade do mundo e de outras culturas. Nesse sentido, devido à expedição de Alexandre e sua missão civilizatória, expandiu-se a influência grega desde o Egito até Samarcanda, Tchkent e Índia, bem como houve o início de intensas trocas comerciais com a Ásia central, com a China, África e com o Oriente europeu. Trata-se de acontecimentos históricos que possibilitaram a propagação e consequente mistura de tradições, de religiões, de ideias e de culturas.

² O principal objetivo das escolas filosóficas era uma terapêutica dos cuidados, das angústias e da miséria humana. Essa miséria para os cínicos seria provocada pelas convenções e obrigações sociais, para os epicuristas pela investigação dos falsos prazeres, para os estoicos pela perseguição do prazer e do interesse egoísta e para os cétricos pelas falsas opiniões. De modo geral, a máxima dos helenísticos será a renúncia a tudo que não depende de nós para a busca do que depende de nós, isto é, a busca do *lógos* que habita todo o ser humano (Chauí, 2002; Hadot, 2014).

Quer reivindicarem ou não a herança socrática, todas as filosofias helenísticas admitem, com Sócrates, que os homens estão submersos na miséria, na angústia e no mal, portanto estão na ignorância: o mal não está nas coisas, mas no juízo de valor que os homens atribuem a elas. Trata-se de os homens cuidarem de mudar seus juízos de valor: todas essas filosofias se querem terapêuticas. Contudo, para mudar seus juízos de valor, o homem deve fazer uma escolha radical: mudar toda sua maneira de pensar e de ser. É graças a essa escolha, a filosofia, que ele atingirá a paz interior, a tranquilidade da alma (Hadot, 2014, p. 154-155).

Se, conforme supracitado, o homem deve escolher mudar sua maneira de pensar e de ser, sendo esta escolha a filosofia propriamente dita, o que se apresenta nesta tese é mais uma vez a colocação grega da questão do ser. Aqui pressupõe-se que o homem seria um ente que se dispõe cognitivamente para a apreensão do ser dos entes e que tal apreensão poderia ser realizada no interior da constituição de enunciados que revelam o que é ente e o que não é; só assim seria possível o domínio do ente homem para a sustentação da pretensão na mudança deste em seu modo de pensar e ser. Isto é, aqui se apresenta a continuação propriamente dita da definição de filosofia como a encarregada pelo conhecimento puro e *a priori*, da ontologia grega da presença constante e passível de ser apreendida em sua plenitude, ou conforme empregado por Nietzsche, de ser dominado (Casanova, 2015).

Salvaguardada a estrutura de base de todo o desenvolvimento do pensamento ocidental posterior a filosofia platônica-aristotélica é que podemos explanar a respeito da transformação na forma de ensino das diversas escolas filosóficas que ocorreu entre o primeiro e segundo momento do período helenístico. Desde Platão, criador da Academia, e de Aristóteles, fundador do Liceu, a atividade escolar consistia em formar os alunos nos métodos de pensamento e de argumentação, em suma, o ensino se desenvolvia sempre baseado no diálogo. Tanto que até o período helenístico antigo os membros importantes da escola (geralmente denominados de anciãos) mantinham frequentemente opiniões muito diferentes, ainda que partissem das noções formuladas pelos respectivos fundadores da escola (Hadot, 2014).

Entre o período helenístico antigo e o início da conquista romana, a partir do século I a.C., as instituições escolares filosóficas se democratizaram em termos de expansão geográfica, se descentralizando de seu polo em Atenas. Isto é, as demais circunstâncias históricas transformaram profundamente o ensino de filosofia, sendo assim, esse ensino baseado no desenvolvimento da argumentação por meio da dialética fora se dissipando e dando espaço para uma tendência doutrinal, na qual a

formação dos alunos não se proporá, não mais, em discutir a verdade (já desarticulada do sentido originário de *aléthéia*), mas em aprender a verdade a partir da explicação professoral e das leituras dos textos das “autoridades” (filósofos como Platão, Aristóteles e Crisipo), de forma a apreender o conteúdo de tais obras (Hadot, 2014).

Ensinar filosofia agora passa a ser sinônimo de ler Platão, para os platônicos, de ler Aristóteles, para os aristotélicos e de ler Crisipo, para os estoicos. E assim, a discussão não gira em torno propriamente dos problemas, já não se fala diretamente das coisas, mas do que os “chefes” disseram a respeito das coisas. A questão não é mais colocada como, por exemplo, “O mundo é eterno?”, mas sim como: “Pode-se admitir que Platão considera o mundo eterno?”. Isso nos mostra que a tendência, a partir dessa transformação no método de ensino, consiste em representar a verdade como fidelidade à tradição recebida das “autoridades”. Para Hadot (2014), a escolástica da Idade Média herda tal discurso filosófico, orientando-se, assim, a partir da busca por uma formulação racional do pensamento que se elabora consciente e voluntariamente a partir de um texto que é considerado como autoritativo. Nesse sentido, para o helenista, a tradição histórica é a norma da verdade e, sendo assim, verdade e tradição, razão e autoridade se identificam. Portanto, a investigação da verdade pode consistir apenas na exegese de um dado preexistente e revelado.

A concepção do cristianismo como a filosofia eterna por meio da noção de *lógos* metafísico

Vimos que apenas os pensadores primordiais, que pensaram a *physis* em seu desabrochar que ao desvelar-vela, puderam conceber o *lógos* como o enunciado de algo que ao se enunciar, se enuncia. Tal concepção fora perdendo espaço, até desaparecer em seu sentido originário, para a concepção do *lógos* metafísico. Nessa perspectiva, a investigação da verdade era feita partindo de um dado preexistente e tido como “revelado”, esta forma de investigação consiste, propriamente, de autonomização da verdade, conforme aponta Casanova (2015). Com Platão, Aristóteles e com suas formulações acerca do sentido do ser, se deu a abertura do horizonte no qual fora possível um paulatino processo de autonomização da proposição e concepção de sua constituição como o lugar originário (enquanto gênese) de verdade. E assim, os gregos não mais se atinham ao caminho que conduz

a uma determinada proposição, mas já a tratavam como se ela tivesse uma consistência própria e independente, sendo dada como um pressuposto *a priori*, uma verdade primeira.

Esta verdade deixou de ser uma determinação ontológica do ser para se mostrar como uma propriedade em si mesma e independente do mundo fático que fora amplamente buscada nos projetos, obras e sistemas intelectuais posteriores à filosofia platônica-aristotélica. Não obstante, a filosofia medieval traz como proposta justamente a busca pela verdade absoluta, ou seja, aquela que não é suscetível ao devir. Segundo Cabral (2011), o que permaneceu da passagem da Antiguidade para a Idade Média foi, propriamente, a noção de que o verdadeiro aparece na luz da verdade. Uma luz que transcende toda e qualquer verdade determinada, uma luz que é procedente de um princípio absoluto, o qual ilumina e gera todas as verdades imutáveis. Já na antiguidade este princípio fora identificado como Deus pelos estóicos, por exemplo, como o primeiro motor imóvel por Aristóteles, como o Bem na teoria das ideias de Platão. Este primeiro princípio absoluto, agora, na era medieval, é propriamente Cristo, por isso, Agostinho chama Deus de “Pai da Verdade” e o invoca em oração, considerando-o fonte de tudo o que é verdadeiro³. Ora, se agora o Deus cristão fora considerado como o princípio absoluto, o pai da verdade, *lógos* pode passar a ser considerado, nessa perspectiva, como a Palavra criadora e reveladora de Deus.

Ainda que o cristianismo expressasse uma mensagem totalmente estranha aos gregos e à própria perspectiva da filosofia (que é a mensagem de que, pelas palavras de Jesus, se anuncia a iminência do fim do mundo e o advento do reino de Deus), a filosofia cristã se tornou possível a partir da abertura fática da perda do sentido originário da noção de *lógos*. Na interpretação do helenista Pierre Hadot, a lei divina é o *lógos* dos filósofos gregos ao passo que é, também, o *lógos* cristão no interior do cristianismo e da própria filosofia medieval. Hadot (2014, p. 334) apresenta o prólogo do Evangelho de João que mostra a forma como fora possível que o cristianismo fosse concebido como uma filosofia. Não qualquer filosofia, mas a filosofia eterna.

³ Agostinho propõe que a verdade habita no coração do homem, para tanto, o mesmo pede que o homem se volte para dentro de si, para que ele se aproprie da Verdade, de forma que verdade parece reduzir-se à interioridade, o que equivale dizer, conforme Cabral (2011), que ela é subjetiva.

No início [ou “No Princípio”, isto é, em Deus, como o compreendem certos exegetas] era o Verbo, e o Verbo estava voltado para Deus, e o Verbo era Deus [...].
 Tudo foi feito por meio dele;
 e sem ele nada se fez do que foi feito.
 Nele estava a vida,
 e a vida era a luz dos homens [...]
 E o Lógos se fez carne
 e habitou entre nós
 e nós vimos sua glória,
 glória essa que, Filho único cheio de graça e de verdade, ele tem de parte de Pai.

Para Hadot (2014), o vocabulário do evangelista se aproxima consideravelmente ao vocabulário próprio da filosofia grega. Isso, pois, a Palavra substancial de Deus poderia ser concebida como a Razão que cria o mundo e que guia o pensamento humano, nesse sentido, considera-se que já na filosofia grega antiga existisse uma teologia sistemática, presente em Timeu, em Platão e desenvolvida em Aristóteles, tradição esta que apresentava e distinguia as diferentes fontes de revelação, os modos de ação e os diferentes graus da realidade divina. Para o neoplatônico Amélio, o evangelista João descreveu em seu prólogo a Alma do Mundo, a qual é divina, mas encontra-se misturada de alguma maneira ao corpo, à matéria. É neste sentido que alguns pensadores conceberam que mesmo antes de Cristo, aqueles que levaram a vida segundo a razão (*lógos*), ainda que ateus, eram cristãos.

Na época do nascimento do cristianismo, nos séculos I e II, os escritos cristãos esforçavam-se para apresentar o cristianismo sob uma forma compreensível ao mundo greco-romano, para tanto, utilizaram da noção de *lógos* para definir o cristianismo como a filosofia. Segundo Störig (2009), os primeiros responsáveis por estes escritos cristãos foram os chamados apologistas, que significa os “defensores”, pois foram assim considerados, visto que buscavam defender o cristianismo contra o julgamento pagão dos letrados. Isso se deu, tendo em vista que os primeiros cristãos ascenderam no interior das camadas mais baixas da população: estes tinham um contato superficial com a formação clássica, sobretudo, por não falarem latim, tampouco grego. Os apologistas perceberam como uma necessidade para o fortalecimento do cristianismo a conquista do âmbito dos letrados, ou da filosofia propriamente dita. Assim fora possível que, um século após a morte de Cristo, os

crístãos apresentassem o cristianismo não somente como uma filosofia (um fenômeno da cultura grega), mas como a *filosofia eterna*⁴. Conforme aponta Hadot:

Se os crístãos puderam retomar a palavra grega *philosophia*, para designar essa perfeição da vida crístã que é o monaquismo, é que essa palavra designava bem um modo de vida, de maneira que, retomando-a, os filósofos crístãos foram levados a introduzir no cristianismo práticas e atitudes herdadas da filosofia profana. Isso não deve causar espanto: vida filosófica e vida monástica teriam muitas analogias (Hadot, 2014, p. 348).

Deste modo, a transmutação do cristianismo em uma filosofia já mostra seus indícios entre os primeiros apologistas Justino e Tertuliano, mas avança consideravelmente em Alexandria, no século III, com Clemente de Alexandria. Conforme mostrado anteriormente, consistia em um objetivo comum das escolas filosóficas do período helenístico a busca pela tranquilidade da alma. Para Clemente de Alexandria, era necessário que a lei divina inspirasse o temor, para que o filósofo pudesse adquirir e conservar esta tranquilidade da alma, devido à prudência e à atenção consigo mesmo. Ora, paz da alma, ausência de paixões e a “vida conforme a natureza e a razão” são categorias da filosofia helenística, portanto profana, que prosseguem sendo colocados sob a ótica do Deus crístão na era patrística⁵ (Störig, 2009).

Os exercícios espirituais propagados no interior das diversas escolas do período helenístico voltavam-se para uma atenção consigo mesmo em busca da tranquilidade da alma. Conforme vimos anteriormente, a máxima helenística está voltada para a renúncia de tudo o que não depende de nós para a busca do que depende de nós, para tanto, volta-se aos próprios juízos e à transformação destes por meio de exercícios de modificação do ser e do pensamento humano. A atenção consigo mesmo fora considerada uma atitude fundamental entre os estoicos e entre os neoplatônicos, a qual fora reencontrada mais uma vez sob o pano de fundo do cristianismo.

⁴ Ressalta-se que as relações entre o judaísmo e os gregos não se restringem à sua ascensão no período helenístico, mas destaca-se que a acomodação deste paradigma à mentalidade e à filosofia grega ganhara espaço nas conjunturas fáticas que possibilitam a aproximação de nações, iniciada pelas expedições geográficas de Alexandre e a ascensão de Roma como potência dominante no mundo mediterrâneo (Störig, 2009; Hadot, 2014).

⁵ Era patrística é uma designação historiográfica que corresponde ao primeiro período da Idade Média que vai do período apostólico ao século VIII. A palavra patrística vem do latim *pater* que significa pai e refere-se aos Padres da Igreja (Störig, 2009).

Tal perspectiva está presente, por exemplo, no sermão de Basílio de Cesareia, o qual profere que guardar-se a si mesmo é animar em nós os princípios racionais de pensamento e de ação que Deus colocou em nossa alma, de forma que nós devemos zelar por nosso espírito e nossa alma, não pelo nosso corpo e nossos bens. Para tanto, é preciso que zelemos, também, pela beleza de nossa alma por meio do exame de nossa consciência, ou seja, conhecendo a nós mesmos. Sendo assim, trata-se mais uma vez de uma máxima socrática em colocação (Hadot, 2014).

Para Störig (2009), o dogma central do cristianismo fora desenvolvido de forma clara, sobretudo por Paulo, na ideia de renascimento do homem por meio da misericórdia divina em Cristo. O que quer dizer que mais uma vez as paixões e a vontade do homem, de modo geral, deveriam ser suprimidas para que assim o homem, enquanto criatura de Deus⁶, assuma a posição de viver conforme a vontade divina. O renascimento é justificado tendo em vista que a própria natureza humana estaria, desde o princípio, destinada ao pecado. Ainda que, na filosofia cristã, os exercícios espirituais estejam atrelados a um Deus salvador, torna-se evidente a semelhança com a filosofia e suas práticas ascéticas destinadas a realizar o triunfo da razão sobre as paixões. Razão esta que no interior da filosofia cristã, neste sentido, é propriamente Deus.

Hadot evidencia esta semelhança mediante duas sentenças, sendo a primeira proferida por Evágrio Pôntico:

Separar o corpo da alma pertence apenas Àquele que nos uniu; mas separar a alma do corpo pertence precisamente àquele que tende à virtude. Pois nossos Padres denominam *anacorese* [a vida monástica] o exercício para a morte e fuga do corpo (Hadot, 2014, p. 347).

E a segunda escrita pelo neoplatônico Porfírio:

O que a natureza ligou, ela o desligou, mas o que a alma ligou, é a alma que o desliga. A natureza ligou o corpo na alma, a alma ligou-se a si mesma no corpo: portanto, a natureza desliga o corpo da alma, mas a alma desliga-se a si mesma do corpo (Hadot, 2014, p. 347).

⁶ Para Heidegger (2009), a concepção do ente homem como criatura de Deus tornou possível uma concepção de verdade (*veritas*) na tradição metafísica medieval, segundo a qual a verdade advém do ente mesmo. Isto, pois, todo ente, uma vez que é criado por Deus, precisa ser pensado por Deus e, tendo em vista que Deus não erra, pois é princípio absoluto, o ente homem só pode ser verdadeiro enquanto produto de Deus. Nesse sentido, há a tese: todo ente é verdadeiro. Pois todo ente é produto divino. Concepção que difere totalmente da noção mesma da verdade do ser na lida heideggeriana.

Ambos descrevem uma terapêutica das paixões, um caminho que levaria a uma libertação total, passando pela desvinculação dos objetos. Caminho este que é percorrido de acordo com a atenção sobre si mesmo, traduzida como uma espécie de domínio, um controle de si, para que se possa obter pelo hábito e pela perseverança a supressão das paixões para a ascensão da razão. Este tema aparece também em Clemente de Alexandria, o qual defende que a real piedade para Deus corresponde ao separar-se sem retorno do corpo e de suas paixões; segundo o mesmo, é por este motivo que Sócrates havia chamado a filosofia de “exercício para a morte” e que Platão havia evidenciado a necessidade de se renunciar aos sentidos para o reconhecimento das verdadeiras realidades (Hadot, 2014).

Além destas semelhanças, havia também semelhança no método mesmo de ensino destas escolas. Como vimos, a tendência doutrinal do ensino filosófico se tornou vigente no período helenístico e, sendo a filosofia cristã a um só tempo um discurso e um modo de vida, o conteúdo desta era, também, exegético. O que quer dizer que de modo preponderante as escolas voltavam-se aos textos dos fundadores e assim permaneciam “fiéis” às autoridades. Ou seja, assim como os platônicos propunham um curso de leitura dos diálogos de Platão correspondente ao processo de progressão espiritual, os cristãos propunham aos seus discípulos a leitura na seguinte ordem: o livro bíblico de Provérbios; o Eclesiastes; e depois o Cântico dos Cânticos. Para o apologista Orígenes, este sistema corresponde à ética, a qual proporciona uma purificação prévia, também à física, que ensina a desvencilhar-se das coisas sensíveis, e à teologia, que leva à união com Deus (Hadot, 2014; Störig, 2009).

Realismo e nominalismo na era escolástica na chamada “disputa dos universais”

Conforme já mencionado, Hadot (2014) compreende que a própria tradição da escolástica em seu caráter de ensino doutrinal fora herdada do método filosófico valorizado no fim da Antiguidade⁷. E, assim, a partir do ensinamento e da educação

⁷ A partir do século XIII dois novos acontecimentos fáticos terão grande influência no pensamento da Idade Média. Trata-se primeiro da aparição das universidades que surgem para organizar um curso escolar em um ano letivo, com aulas, exercícios de discussão e exames, e que emerge ao mesmo

do clero nos colégios conventuais é que a filosofia neste período se desenvolveu. Sendo assim, do século IX ao XII a filosofia grega, a partir de algumas obras de Platão, de Aristóteles e de Porfírio, foram utilizadas não só em discussões teológicas, mas serviram também para elaborar diferentes representações do mundo.

Segundo Störig (2009), este período corresponde à chamada escolástica primitiva e caracteriza-se por um despontar do método escolástico, que não consiste propriamente em encontrar a verdade, pois esta já é dada como a verdade revelada da Salvação, mas consiste em, por meio do pensamento racional, adquirir elevada compreensão das verdades e da fé, para posteriormente proporcionar à verdade da Salvação uma forma ordenada e sistemática, para assim, mediante argumentos filosóficos, poder refutar as objeções contra ela. Pretensão esta que consiste em uma impossibilidade tanto para o pensador precedente a este momento, Agostinho, quanto ao principal expoente da alta escolástica, período posterior a este, Tomás de Aquino.

Sendo assim, de modo geral, a filosofia da era escolástica tinha como tarefa tornar inteligível e argumentar logicamente aquilo que a crença já possuía como verdade irrefutável, crença que fora proferida pelos representantes da patrística e que consta nas Sagradas Escrituras como a mensagem de Jesus e de seus apóstolos, ou seja, os escolásticos já encontraram tal estrutura dogmática fundamentalmente pronta, sendo sua tarefa organizá-la e torná-la compreensível. O período escolástico é comumente exposto em outros dois subperíodos, mas o que nos chama a atenção, até para o intuito desta pesquisa, é um movimento filosófico que já se evidenciara no neoplatonismo, que tornou a emergir no período primitivo, sendo atenuado por um tempo mediante uma solução provisória até reaparecer mais uma vez na fase da escolástica tardia e também na época da nova filosofia. Que é a questão que discute se a realidade pertence ao geral ou aos “universais”, que se desdobrou em um longo debate chamado de “disputa dos universais” (Störig, 2009).

Nos interessa o modo como a filosofia grega, sobretudo tendo por base Platão e Aristóteles, sobreviveu e se perpetuou durante a Idade Média por meio, também, da disputa dos universais; nesta, os pontos de vistas que se opõem, foram chamados de

tempo no seio da cidade em uma corporação intelectual de estudantes e de professores e na Igreja em um corpo dependente da autoridade eclesiástica. Segundo, da ampla disseminação das traduções de Aristóteles que possibilitou que a filosofia aristotélica desempenhasse um papel capital dentro das universidades, tanto no âmbito do ensino às artes liberais, quanto ao ensino propriamente teológico (Hadot, 2014).

realismo e de nominalismo. O realismo⁸ consistiria na concepção de que perante o particular o universal teria elevada realidade, ou seja, há a convicção da precedência das ideias gerais e sua realidade elevada perante as coisas isoladas, concepção esta que nos leva mais uma vez até o capítulo um, em que Platão, ao buscar a essência que subjaz a *physis*, a denominou de Ideia, tendo a colocado no mundo das ideias e contrapondo, assim, ao inferior mundo das aparências. Já o nominalismo concebe que tais conceitos gerais não existem em realidade, somente no intelecto, são apenas nomes, sendo assim a realidade se constituiria apenas das coisas isoladas.

Enfim, como vimos, em Platão há uma generalização do aspecto que promove presença aos entes, a ideia, já Aristóteles valoriza o composto entre matéria e forma, estes são partes essenciais da *physis*, ainda que um tenha primazia sobre o outro. Störig (2009) afirma que se os realistas tendiam a voltar-se para Platão, os nominalistas tendiam a voltar-se para Aristóteles. O que se destaca é que a filosofia fora colocada à serviço da teologia, de forma a manter a colocação acerca do sentido do ser, só que sob o pano de fundo do Deus cristão.

Referências

CABRAL, A. M. **Nilismo e hierofania: uma abordagem a partir do confronto entre Nietzsche e Heidegger**. 2011. 778 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASANOVA, M. A. **Compreender Heidegger**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia: as escolas helenísticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia: dos Pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HADOT, P. **O que é a filosofia antiga?** Tradução de Dion Davi Macedo. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁸ Destaca-se que tal termo possa ser compreendido de modo equivocado. Realista pode ser visto como aquele que tende a manter-se na realidade espacial e temporal que nos cerca, contrapondo-se ao idealista. No entanto, para Störig (2009), no sentido escolástico do termo, realista poderia ser designado como justamente aquele que é idealista, isto é, que vê neste mundo mera aparência e concebe como verdadeira realidade as ideias.

HEIDEGGER, M. **Introdução à filosofia**. Tradução de Marco Antonio Casanova. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental**. Uma introdução à filosofia fenomenológica. Tradução de Diogo Falcão Ferrer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

STÖRIG, H. J. **História Geral da Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Recebido: 11/10/2025
Aprovado: 20/10/2025